

Alfabetização financeira na escola: para além da ótica neoliberal
Financial literacy at school: beyond the neoliberal perspectiveIslander Fernandes de Andrade^{*}
Alysson André Régis Oliveira^{**}

RESUMO: A educação tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando e seu preparo para o exercício da cidadania. Observa-se, todavia, a predileção ao desenvolvimento parcial no que tange à educação financeira. A presente pesquisa tem como objetivo analisar o discurso de alfabetização financeira nas escolas como proposta para superação do excessivo endividamento social. Para alcançar essa finalidade, o presente trabalho utilizou-se da pesquisa exploratória, com natureza de pesquisa aplicada e procedimento técnico na pesquisa bibliográfica e documental, com tratamento de dados predominantemente qualitativo. No decorrer dos pressupostos teóricos, observa-se que para além do discurso neoliberal de falta de conhecimento financeiro individual, enxerga-se um componente de desigualdade social por classes; destaca-se também que a escola pode ser uma instituição de manutenção ou mudança de ideologias dominantes do capital. Na conclusão, chegou-se ao posicionamento de que é necessária uma alfabetização financeira crítica e emancipatória nas escolas que substitua a educação técnica e alienada, quase sempre restrita ao acúmulo de dinheiro. Enfim, busca-se uma educação financeira que abranja a formação humana integral dos sujeitos para se alcançar a construção de uma sociedade mais equitativa, estável e ambientalmente consciente.

PALAVRAS-CHAVE: Alfabetização Financeira. Paulo Freire. Pedagogia Crítica. Emancipação.

ABSTRACT: Education aims to fully develop the students and prepare them for the exercise of citizenship. However, there is a predilection for partial development regarding financial education. This research aims to analyze the discourse on financial literacy in schools as a proposal for overcoming excessive social debt. To achieve this purpose, the present study employed exploratory research, with an applied nature and technical procedures based on bibliographic and documentary research, using predominantly qualitative data analysis. Throughout the theoretical assumptions, it is observed that, in addition to the neoliberal discourse of lack of individual financial knowledge, there is a component of social inequality by classes; it is also observed that the school can be an institution that either maintains or challenges the dominant ideologies of capital. In conclusion, we advocate for a critical and emancipatory financial literacy in schools, one that replaces the technical and alienated education, almost always restricted to the accumulation of money. Ultimately, the aim is to promote a financial education that encompasses the integral human development of subjects to achieve the construction of a more equitable, stable and environmentally conscious society.

KEYWORDS: Financial Literacy. Paulo Freire. Critical Pedagogy. Emancipation.

^{*} Mestre em Educação Profissional e Tecnológica pelo Instituto Federal de Educação da Paraíba, <https://orcid.org/0009-0000-7235-8341>, islander.andrade@academico.ifpb.edu.br.

^{**} Doutor em Ciências da Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte, <https://orcid.org/0000-0002-6921-8951>, alysson.oliveira@ifpb.edu.br.

1 Introdução

Segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), a educação destina-se ao “pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania” (Brasil, 1996). Contudo, percebe-se que há a manutenção de uma “educação bancária”¹ neoliberal voltada para formação unilateral dos educandos, em detrimento da omnilateralidade².

É notório, ainda, que as escolas vêm sendo apropriadas como instrumento de políticas de governo voltadas à promoção de uma alfabetização financeira alinhada à lógica do capital. A principal justificativa dessa proposta repousa na ideia de que os indivíduos apresentam dificuldades na tomada de decisões financeiras de forma crítica e reflexiva, o que comprometeria o funcionamento adequado do mercado, potencializando crises econômicas e agravando desigualdades sociais. Nesse sentido, torna-se de fundamental importância — política, econômica, social e educacional — desenvolver uma pesquisa que analise o discurso da alfabetização financeira nas escolas como proposta para a superação do endividamento social excessivo, sob uma perspectiva crítica e emancipatória, com vistas a compreender em que medida essa proposta pode contribuir para a formação integral dos educandos.

Emerge então do intuito deste trabalho o seguinte questionamento: como a alfabetização financeira pode ser abordada nas escolas para contribuir com a redução do problema do superendividamento social? Mediante um ensino focado em cálculos matemáticos e produtos bancários com o fim de capacitar os estudantes a gerenciar suas finanças de forma técnica? Ou por meio de uma pedagogia crítica que habilite os educandos a identificar os impactos de suas escolhas financeiras, tanto para si quanto para a sociedade em geral?

A problemática será respondida a partir da abordagem marxista³ e freiriana. Algumas das ideias que surgem na filosofia de Freire são decorrentes de temas ligados às obras de Marx. Em ambos, há discussões de várias questões comuns: alienação, redução do homem ao estado de coisas, ideologia e consciência, práxis como unidade dialética entre pensamento e

¹ “Ato de depositar, em que os educandos são os depositários e o educador, o depositante” (Freire, 2018, p. 80).

² Conceitua-se omnilateralidade como sendo o “desenvolvimento total, completo, multilateral, em todos os sentidos, das faculdades e das forças produtivas, das necessidades e da capacidade da sua satisfação” (Manacorda, 2010, p. 94).

³ Aqui empregado para abranger tanto obras do próprio Marx como dos autores adeptos de seu pensamento (ex. Mészáros, Manacorda, dentre outros). Haja vista que alguns autores utilizam o termo pedagogia marxiana para se referir ao “pensamento do próprio Marx, distinta, portanto, da ‘pedagogia marxista’ que está referida à tradição construída a partir de Marx pelos seus seguidores” (Manacorda, 2010, p. 14).

ação, destacando-se a luta de libertação dos sujeitos através da educação como transformação social.

2 Pressupostos teóricos: neoliberalismo, trabalho e educação

Estudioso da obra marxiana, Mészáros (2011, p. 16) aduz que “o capitalismo é uma das formas possíveis da realização do capital, uma de suas variantes históricas, como ocorre na fase caracterizada pela subsunção real do trabalho ao capital”. Essa concepção evidencia que o capitalismo não é um sistema natural ou eterno, mas uma construção histórica que se perpetua por meio da exploração sistemática do trabalho.

Essa análise de Mészáros reforça, portanto, a necessidade de compreender a educação - inclusive a financeira - como parte dessa engrenagem, frequentemente instrumentalizada para atender aos interesses do capital.

Mas para o adequado perpetuamento do capital, outro requisito é exigido: a classe trabalhadora. A explicação para tal requisito está na função dos trabalhadores: manter as engrenagens de operacionalidade do capitalismo por intermédio de serviços braçais e de mentes alienadas.

Marx (2013) afirmava que a superpopulação relativa, formada por trabalhadores excedentes, era essencial para a acumulação do capital. Ela constitui o chamado “exército industrial de reserva”, sempre disponível para ser explorado conforme as variações do mercado, sendo tratada como se tivesse sido criada pelo próprio capital. Isso revela o caráter estrutural da desigualdade no capitalismo, em que a existência de uma massa desempregada ou subempregada não é uma falha do sistema, mas uma necessidade funcional para sua perpetuação.

Assim, a classe trabalhadora excedente⁴ aflora como uma parte imprescindível para a acumulação de riqueza, de tal forma que a manutenção do capitalismo precisa dessa estrutura lastreada nas disparidades de grupos sociais, em que os sujeitos são explorados e dominados entre si, com legitimação na meritocracia do indivíduo competitivo.

O neoliberalismo, por sua vez, é uma variação do capitalismo mais moderno, criado a partir da globalização e da reestruturação produtiva diante das exigências do fluxo econômico internacional. Seus defensores argumentam que as anteriores crises do capital não foram

⁴ Em seu livro “O capital”, Marx denomina de superpopulação relativa ou exército industrial de reserva a população supérflua, na qual a acumulação capitalista “produz constantemente [...] uma população trabalhadora adicional relativamente excedente, isto é, excessiva para as necessidades médias de valorização do capital e, portanto, supérflua” (Marx, 2013, p. 705).

originadas de suas contradições, mas sim da razão de um Estado paternalista que investiu demasiadamente em políticas sociais, como argumentado por Pereira (1992). Logo, eventuais crises decorreram do assistencialismo proporcionado pelo Estado em benefício da população e não da sua mão invisível reguladora do mercado.

Não é à toa que no atual cenário neoliberal, o Estado passe a adotar medidas de austeridade para transferir vários ônus sociais para a classe trabalhadora, estripando programas sociais (previdência social, seguro-desemprego, saúde, educação, dentre outros) e promovendo estagnação salarial, conforme aponta Arthur (2011). Logo, há uma transferência de responsabilidades e custos para o indivíduo, transvestida em uma ideologia de empreendedorismo e de iniciativa pessoal para atingir os objetivos almejados. Sendo assim, o sucesso ou fracasso vital dependerão do esforço praticado pelo trabalhador, largado à sua própria sorte nesse sistema neoliberal.

Assim, os indivíduos são impelidos ao mundo das finanças, em grande parcela hipossuficientes⁵ e sem possuir uma mentalidade sobre as ferramentas de exploração capitalistas que passam a estar dependentes, de acordo com regras e objetivos do mercado. Surge, então, a figura do devedor negativado e o estigma de que a posse de dívidas é sinal de que não se sabe gerir bem os próprios recursos. Esse estranhamento que transpassa a sociedade capitalista, sustentado no trabalho alienado, “é a conexão essencial entre todo o estranhamento e o sistema do dinheiro. A propriedade privada é considerada somente como o produto, a consequência necessária do trabalho alienado, isto é, da relação externa do trabalhador com a natureza e consigo mesmo” (Marx, 1844, p. 80 *apud* Mészáros, 2011, p. 136).

Sabe-se que o fato gerador do superendividamento é multifacetado, mas dentre as principais causas, destaca-se a falta de conhecimento financeiro individual. Segundo a Agência Senado: “Uma explicação para a alta inadimplência está na situação econômica do país, historicamente delicada, com salários baixos e desemprego elevado. Mas essa não é a única causa. As contas não pagas também têm um componente individual: o chamado analfabetismo financeiro” (Westin, 2019, S/P). Por consequência, eventual crise econômica causada pelo superendividamento das populações, na ótica do neoliberalismo, não decorre

⁵ Dentre as causas que colaboram para a difusão incondicionada de mercadorias financeiras para a massa trabalhadora precarizada, está a bancarização dos programas sociais de transferência de renda como o Bolsa Família que obrigam os beneficiários a manterem contas digitais. “Novas terras virgens” como diria o sociólogo polonês, o qual afirma que “o capitalismo é um sistema parasitário. Como todos os parasitas, pode prosperar durante certo tempo, desde que encontre um organismo ainda não explorado [financeiramente] que lhe forneça alimento” (Bauman, 2010, p. 08).

diretamente do capital, mas sim da própria classe trabalhadora que não sabe administrar bem seu dinheiro, em razão do próprio analfabetismo financeiro.

De toda sorte, “especialistas dizem que, como todo tipo de ignorância, o analfabetismo financeiro se combate com educação. Por isso, em 2010, o governo federal criou a Estratégia Nacional de Educação Financeira [ENEF]” (Westin, 2019, S/P). Porém, considerando o progressivo endividamento superveniente, ficou questionável a eficácia desses projetos e programas de educação financeira, os quais exigiram uma revisão com a criação em 2020 de uma nova ENEF⁶.

Talvez, essa concepção, atribuída apenas à falta de educação financeira, ignore a tendência própria do capitalismo de criar suas próprias crises, pois apresenta os mercados como supostamente controláveis em que o bom funcionamento depende apenas do comportamento adequado dos seus participantes (Arthur, 2011). Entretanto, de acordo com Bustamante (2020, p. 21), “não se trata de uma escolha ou falta de educação financeira, os trabalhadores encontram-se pressionados em direção a um endividamento crônico de modo a lograr acesso ao fundo de consumo atualizado pela elevação da cesta de bens que compõem o valor da força de trabalho”.

Ademais, para além desse discurso de falta de conhecimento individual, há quem enxergue um fator de desigualdade social por classes: “O endividamento dos trabalhadores, longe de ser um fato individualizado e oriundo de comportamentos irresponsáveis ou de falta de ‘educação financeira’, opera como uma forma de poder baseada na classe que disciplina todos os trabalhadores no mercado de trabalho” (Bustamante, 2020, p. 03).

2.1 O papel da escola na (des)alfabetização financeira

As ideologias correspondem a um conjunto de crenças que simbolizam um fenômeno social. “Na medida em que são historicamente necessárias, as ideologias têm uma validade que é ‘psicológica’: elas ‘organizam’ as massas humanas, formam o terreno sobre o qual os homens se movimentam, adquirem consciência de sua posição, lutam, etc.” (Gramsci, 1978, p. 63). Ao passo que a hegemonia (dominação) é central para a análise da ideologia, pois enquanto esta está atrelada à visão de mundo, aquela é o processo social de construção dessa visão, mesmo que de forma distorcida, naturalizante, despersonalizante e unilateral, consoante Gramsci (1978).

⁶ Para um maior aprofundamento, consultar Decreto federal n. 10.393/2020 (Brasil, 2020).

As ideologias servem para (re)produzir valores e crenças culturais que conduzem a adesão dos indivíduos à ordem social vigente e ocultar interesses das classes dominantes. Ocorre que mesmo que haja desigualdades, exploração e outras mazelas sociais, a ideologia hegemônica garante que as relações sociais passem a ser aceitas e reproduzidas. Dessa forma, o seu principal fenômeno é conquistar os indivíduos a se conformarem com vinculações de poder assimétricas, em que o *modus operandi* se dá pela classe dominante diretamente sobre a sociedade ou indiretamente através do aparelho do Estado, o qual é “destinado a criar as condições favoráveis à expansão máxima desse grupo” (Gramsci, 1978, p. 50).

Marx (2013), por enxergar a sociedade como uma constante luta de classes, entende que as instituições sociais devem ser melhor analisadas sob o prisma do sistema econômico vigente. Seguindo essa perspectiva, pela sua abordagem, as instituições educacionais fornecem mão de obra alienada à classe burguesa (detentora dos meios de produção). Como afirma Marx: “As ideias da classe dominante são, em todas as épocas, as ideias dominantes; ou seja, a classe que dispõe dos meios de produção material dispõe, ao mesmo tempo, dos meios de produção intelectual” (Marx, 2013, p. 47). Assim, as escolas privadas por serem frequentadas por alunos de famílias que possuem melhores oportunidades de vida e riqueza, logo, já se simpatizam com tal ideologia dominante em oposição às escolas públicas, em que se germinam a submissão ideológica dos filhos dos proletários. Em outras palavras, a ideologia da classe dominante é então disseminada no sistema educacional, a fim de preservar o *status quo*, principalmente nas escolas públicas.

Agentes financeiros⁷ e o próprio Estado⁸ são plenamente a favor da ideia da alfabetização financeira no ensino básico. Consideram que a disseminação de informações financeiras por intermédio de programas de educação “melhorará o processo competitivo, permitindo que os participantes no mercado conheçam as características de risco-retorno do investimento e, portanto, decidam para onde o capital deve fluir” (OCDE, 2005, p. 37).

Dessarte, para eles, a alfabetização financeira torna-se uma ferramenta útil na perpetuação do sistema capitalista, pois auxilia no desenvolvimento econômico, cuja racionalidade é aderente aos fundamentos da Teoria do Capital Humano⁹. Nessa teoria, a educação é entendida como uma ferramenta limitada ao fator econômico, similar a um fetiche, e devido a isso “é capaz de operar o ‘milagre’ de qualificação social, econômica e política

⁷ Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), Banco Mundial (BM), Banco Central do Brasil (Bacen), Federação Brasileira de Bancos (Febraban), dentre outros.

⁸ Para um maior aprofundamento, consultar “Programa de Educação Financeira nas Escolas” (Brasil, 2022).

⁹ De acordo com a teoria marxista, a definição de capital humano consiste em uma reificação (transformar algo em coisa), com a finalidade de convencer o trabalhador de que ele é também um capitalista (Marx, 2013).

entre os indivíduos, grupos, classes e nações” (Frigotto, 2003, p. 20). O papel social da educação seria, então, atender às demandas do capital, cujo objetivo geral seria:

[...] um acréscimo marginal de instrução, treinamento e educação, corresponde a um acréscimo marginal de capacidade de produção. Ou seja, a ideia de capital humano é uma “quantidade” ou um grau de educação e de qualificação, tomado como indicativo de um determinado volume de conhecimentos, habilidades e atitudes adquiridas, que funcionam como potencializadoras da capacidade de trabalho e de produção. Desta suposição deriva-se que o investimento em capital humano é um dos mais rentáveis, tanto no plano geral de desenvolvimento das nações, quanto no plano da mobilidade individual (Frigotto, 2003, p. 41).

Nessa esteira, a alfabetização financeira não passaria de um mecanismo a serviço da preservação das relações pós-modernas de exploração capitalista; jamais um processo de luta pela transformação radical da sociedade, cuja meta principal seria apenas contribuir para o desenvolvimento econômico mundial (Hoffman, 2013).

Por sua vez, a escola, como instituição formal, desempenha um papel central na reprodução ideológica, servindo aos interesses do sistema capitalista por meio da formação de hábitos, práticas e comportamentos. No entanto, o poder da escola não está isolado; ela é parte de um sistema mais amplo de controle social que internaliza valores e normas do capital. Como Mészáros (2008, p. 44) destaca: “as instituições formais de educação certamente são uma parte importante do sistema global de internalização. Mas apenas uma parte. Quer os indivíduos participem ou não [...] devem ser induzidos a uma aceitação ativa [...] dos princípios reprodutivos”, ou seja, as escolas contribuem para a aceitação e reprodução dos valores capitalistas, conforme as funções que lhes são designadas dentro desse sistema.

Isso realça a relevância dos educadores, que estão em melhor posição de (des)construir ideologias, notadamente pela pedagogia progressista. Nas palavras de Mészáros, “A única força capaz de contribuir positivamente para o novo processo de transformação é a própria *educação*, cumprindo com isso seu papel de *órgão social* [...], pelo qual a *reciprocidade mutuamente benéfica* entre os indivíduos e sua sociedade se torna real” (2008, p. 102).

Em sintonia com a linha marxiana, a educação não passaria de uma superestrutura, submetida ao determinante econômico das forças de produção. Por isso, existe uma parcela mais radical de professores que não concorda com a inserção da educação financeira no currículo escolar, por entenderem que seria uma forma de doutrinar valores vinculados ao capitalismo dentro da escola. Afinal, a alfabetização financeira não deixaria de ser uma pseuso-necessidade “para garantir esse processo de expansão da produção e do consumo. Na

sociedade em que domina o espetáculo, a oposição a ela [sociedade] também é envolvida por ele [espetáculo]” (Viana, 2011, p. 03).

Não obstante, respeitada a opinião do professor Viana, não se despreza nessa pesquisa que a educação financeira é importante na escola, não da ótica meramente capitalista imposta pelos grandes agentes do capital, mas sim de forma crítica, principalmente pelas lições marxistas supracitadas. Mas também na linha freiriana, em que “a alfabetização torna-se um construto significativo a ponto de ser encarada como um conjunto de práticas que atuam quer para empoderar, quer para desempoderar as pessoas” (Freire, 2018, p. 122). Enfim, “romper com a lógica do capital na área da educação equivale, portanto, a substituir as formas onipresentes e profundamente enraizadas de internalização mistificadora por uma alternativa concreta abrangente” (Mészáros, 2008, p. 47).

Portanto, o conhecimento sobre dinheiro e as formas mais eficientes de empregá-lo são fundamentais na alfabetização de qualquer cidadão, desde que seja feita de maneira crítica e problematizadora. Assim, faz-se necessária uma breve abordagem pedagógica do educador Paulo Freire, cujos ensinamentos contribuem para a formação de cidadãos financeiramente críticos e socialmente conscientes.

2.2 Pedagogia freiriana

Educadores protagonistas na abordagem sociocultural no Brasil lecionam que a educação sozinha não resolve todos os problemas, porém sem ela não haveria perspectiva de mudança, a exemplo de Freire (2011).

A pedagogia freiriana é especialmente uma “pedagogia dos oprimidos”, pois não considera adaptações a modelos socioliberais vigentes, mas as formas de ruptura e transformação integral desse sistema. Para esse educador, a educação apenas será genuinamente humanista quando promover a incorporação do indivíduo ao seu ambiente local, ao mesmo tempo em que se perde o medo da liberdade, pois a autêntica educação requer *práxis*, ação e reflexão do homem para transformar o mundo (Freire, 2011).

As obras de Freire, embora datadas do século passado, apresentam um conceito de ação educacional que ainda se contrasta abertamente com as ideias dominantes que as instituições financeiras e os governos sustentam no atual modelo econômico. Ele nos convida a desenvolver uma educação que liberte e produza o pensamento crítico, distante da instrumentalidade e concorrência do mercado, que são exatamente esses pilares que mantêm as contemporâneas políticas promovidas pela OCDE, Banco Mundial, entre outros.

Na alfabetização financeira, isso pode abranger a análise crítica de estruturas econômicas, desigualdades sociais e interferências por parte do mercado financeiro. Os educandos podem ser convidados a questionar e a refletir sobre como suas escolhas financeiras se conectam com questões sociais mais amplas (ambiental, saúde, trabalho, dentre outras).

No termos das obras de Freire, observa-se que o futuro é tido com uma possibilidade, ao passo que pela racionalidade neoliberal seria um destino. Esta última reprova qualquer proposta alternativa, pois o neoliberalismo é difundido como se fosse a única solução real e próspera, que somente foca na efetividade de processos e ignora a essência do ser humano. Para isso, esse sistema desconsidera a soberania do próprio Estado, fazendo uso de sua institucionalidade pública para legitimar ações econômicas.

Neste cenário, conforme destaca Freire (2011), o homem age como fator humano (agente econômico), normalizando desigualdades; sendo necessário romper a ética do mercado lastreada na lógica de dominação e impor a integração ética dos indivíduos como compensação. Logo, o autor supracitado defende que o desenvolvimento da ação educativa e da consciência política conduz a uma mudança do homem e de seu ambiente.

Da racionalidade freiriana, nasce a crítica da educação bancária que é abraçada por grande parte dos governos neoliberais, num meio de progressiva privatização e variedades de ensinos (particular ou público, básico ou profissional). Em que a escola é reduzida a uma entidade que transmite conhecimento aos ignorantes (educandos), mediante recepção passiva.

Destaca-se, contudo, que Freire (2011) não concorda com qualquer assimetria criada entre aqueles que sabem (educador) e aqueles que não sabem (educando), pois se devem considerar as habilidades e as ideias destes (mesmo as mais conflituosas), jamais ceifar os sonhos ou a utopia dos que não sabem. Então, ele critica os professores que menosprezam a experiência vivida pelos educandos, já que são as vivências que possuem a aptidão para nutrir o diálogo reflexivo, consciente e construtivo. Afinal, “é neste sentido que uma pedagogia da autonomia tem de estar centrada em experiências estimuladoras da decisão e da responsabilidade, vale dizer, em experiências respeitadas da liberdade” (Freire, 2011, p. 120).

No que tange à alfabetização financeira, é necessário superar o modelo de passividade da pedagogia tradicional, de maneira a não apenas fornecer meras informações sobre produtos e serviços financeiros, mas que convide os educandos a questionar e a criticar as estruturas financeiras vigentes, bem como tomar decisões fundamentadas em seus objetivos e valores e não por mero capricho das instituições do capital.

Certamente, sua *práxis* ainda afronta o modelo hegemônico na maioria dos países, inclusive nas escolas públicas brasileiras, nas quais o professor é tido com um mero transmissor de conteúdo, muitas vezes dissociado da prática. Contudo, é claro que para as elites dominantes e defensoras do neoliberalismo, esse modelo educacional predominante (educação bancária), conserva o *status quo* e impede a formação de profissionais com postura crítico-reflexiva e espírito transformador.

Retomando Freire (2018), a função do educador progressista é avivar a curiosidade engenhosa do aluno, pois só assim a atividade crítica seria compartilhada. Esse método didático, portanto, possibilita que ambos troquem experiências do meio social e o modifiquem consoante suas necessidades.

Ademais, para lutar contra a educação bancária, a pedagogia freiriana propõe uma educação problematizadora, com sustentáculo no respeito, no diálogo, na produção de conhecimentos por meio de temas geradores advindos da realidade. Professor e educando devem possuir uma relação horizontal e igualitária, em busca da criatividade e da criticidade por meio da relação mútua que conduza este último ao exercício da cidadania libertária da opressão, ou seja, saber descortinar as contradições do capital dentro de seu ambiente social e transformá-lo.

Para isso, a escola deve garantir as condições necessárias para a discussão dos problemas sociais em sala de aula, promovendo um ambiente mediado pela ética, em que os estudantes desenvolvam a consciência crítica por meio da *práxis*. Afinal, não basta apenas que eles tenham o conhecimento popular, pois o conhecimento científico se faz necessário para a tomada de decisões com criticidade.

Condizente com essa abordagem, Freire reflete que:

A pedagogia do oprimido, como pedagogia humanista e libertadora, terá dois momentos distintos. O primeiro, em que os oprimidos vão desvelando o mundo da opressão e vão comprometendo-se, na *práxis*, com a sua realidade opressora, esta pedagogia deixa de ser do oprimido e passa a ser a pedagogia dos homens em processo de permanente libertação (Freire, 2018, p. 57).

Em relação ao compromisso dos educadores, Freire (2011) defende a adoção da racionalidade emancipatória que deve ser firmado por todos após o término dos estudos universitários. Logo, é essencial que eles sejam capazes de agir, refletir e transformar a realidade. Freire (2011) também reconhece que o professor possa acabar assumindo um papel de dualidade, entre a lógica metabólica de reprodução do capital ou a atitude crítica e emancipatória. Dessa forma, ele apela para que o profissional adote essa última postura:

Quanto mais me capacito como profissional, quanto mais sistematizo minhas experiências, quanto mais me utilizo do patrimônio cultural, que é patrimônio de todos e ao qual todos devem servir, mais aumenta minha responsabilidade com os homens. Não posso, por isso mesmo, burocratizar meu compromisso de profissional, servindo, numa inversão dolosa de valores, mais aos meios que ao fim do homem. Não posso me deixar seduzir pelas tentações míticas, entre elas a da minha escravidão às técnicas, que, sendo elaboradas pelos homens, são suas escravas e não suas senhoras (Freire, 2011, p. 20).

Freire (2011) sustenta assim que o professor não pode abandonar seu compromisso ao projeto nacional, pois isso significaria negar-se a si mesmo pela falta de ética e de solidariedade. “Em uma sociedade predominantemente alienada, o profissional, pela própria natureza da sociedade hierarquicamente estruturada, é um privilegiado; em uma sociedade que está se abrindo, o profissional é uma pessoa comprometida e séria” (Freire, 2011, p. 13).

Portanto, para contribuir com a aprendizagem crítica de alfabetização financeira, o educador deve considerar que a construção do conhecimento financeiro precisa acontecer por meio de incentivos à criatividade dos educandos. Partindo-se da observação e da problematização do objeto como método de construção de habilidades, de forma que eles possam melhor adquirir criticidade durante a aprendizagem financeira.

3 Metodologia

Em relação à metodologia para o desenvolvimento do presente trabalho, utilizou-se da pesquisa aplicada, pois “objetiva gerar conhecimentos, para aplicação prática, dirigidos à solução de problemas específicos” (Prodanov; Freitas, 2013, p. 51). Logo, procura-se gerar uma reflexão crítico-teórica sobre as práticas educativo-financeiras na escola, com expectativas de aplicação em quaisquer *lôcus* pedagógicos.

No que tange à abordagem do estudo, recorre-se ao método qualitativo, em sintonia com a análise de conteúdo de Bardin, cuja caracterização é:

Um conjunto de técnicas de análise das comunicações, que visa obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitem as inferências de conhecimentos relativos de condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens (Bardin, 2016, p. 41).

No tocante ao procedimento técnico, adota-se a pesquisa bibliográfica e documental, com coleta de informações teóricas viabilizadas em livros, revistas e trabalhos científicos publicados na internet, em que se busca uma variedade de linhas de pensamento e de ideias de

autores, principalmente marxistas, para o enriquecimento e a melhoria do embasamento da pesquisa. Logo, a pesquisa caracteriza-se pelo seu objetivo exploratório, já que “visa proporcionar maior familiaridade com o problema, tornando-o explícito ou construindo hipóteses sobre ele” (Prodanov; Freitas, 2013, p. 52).

4 Resultados e Discussões

Fundamentada na concepção da pedagogia das competências¹⁰, a Base Nacional Comum Curricular (Brasil, 2018), voltada para a educação básica, determina que as escolas insiram em seus currículos o ensino da educação financeira. Tal documento normativo direciona a estruturação dos currículos escolares nos três entes federados, organiza as políticas e as ações educacionais relacionadas à formação docente, a apreciação dos métodos de aprendizagem, aos critérios e às seleções dos conteúdos.

Dado que a BNCC é o primeiro documento nacional a trazer o termo educação financeira de forma expressa, ela desempenha um papel central na estruturação dos currículos escolares atuais. Tendo isso em mente, optou-se por sua análise documental utilizando o método de análise de conteúdo de Bardin (2016). Esse método é amplamente aplicado em pesquisas qualitativas, pois permite interpretar textos de maneira sistemática e objetiva, identificando padrões, temas e significados subjacentes (inferências) no conteúdo analisado. Assim, pretende-se compreender como a educação financeira é abordada nesse documento normativo e quais sentidos ideológicos podem ser subentendidos em sua formulação.

4.1 Etapas de Organização e Codificação

Na etapa de organização e codificação, a unidade de registro escolhida foi o tema¹¹ (educação financeira), uma vez que “fazer uma análise temática, consiste em descobrir os «núcleos de sentido» que compõem a comunicação e cuja *presença*, ou frequência de aparição podem significar alguma coisa para o objetivo analítico escolhido” (Bardin, 2016, p. 105).

Como unidade de contexto, optou-se pelo capítulo que aborda o ensino médio na BNCC, pois esse segmento concentra as diretrizes específicas mais relacionadas à educação

¹⁰ “A pedagogia das competências foi a diretriz político-pedagógica desse projeto, cujo princípio é a adaptabilidade individual do sujeito às mudanças socioeconômicas do capitalismo” (Ramos, 2014, p. 57). Nessa ótica, as reformas curriculares trazidas pela BNCC e recentemente pela reforma do ensino médio buscam aperfeiçoar o mínimo de habilidades do trabalhador, numa ótica de formação humana unilateral, estritamente para satisfazer as exigências do mercado de trabalho.

¹¹ “O tema: a noção de tema, largamente utilizada em análise temática, é característica da análise de conteúdo. [...] O tema é geralmente utilizado como unidade de registro para estudar motivações de opiniões, de atitudes, de valores, de crenças, de tendências, etc.” (Bardin, 2016, p. 105)

financeira. Esse recorte permite uma análise mais focada nas competências e habilidades propostas para esse nível de ensino, facilitando a identificação de como a educação financeira deve ser trabalhada de forma transversal e integradora nos componentes curriculares.

Posteriormente, foi realizada a enumeração para saber se a “presença (ou ausência): neste mesmo «texto», estão presentes os elementos a, b, c, d e e, presença esta que pode ser significativa, funcionando neste caso como um indicador” (Bardin, 2016, p. 108). Foi verificado se o texto em questão continha termos que estivessem (in)diretamente relacionados ao tema escolhido (unidade de registro).

Com a conclusão desta etapa de organização e de codificação, prosseguiu-se para as fases subsequentes de categorização e interpretação dos dados, por meio das inferências, conforme descrito no método de Bardin, que será abordado a seguir.

4.2 Etapas de Categorização e Inferências

A categorização consiste em classificar elementos de um conjunto por meio de diferenciação e de reagrupamento com base em critérios previamente definidos, conforme Bardin (2016). Após a codificação, a categorização deve seguir diferentes critérios, podendo ser sintático, léxico, semântico ou expressivo. Optou-se neste trabalho pelo critério semântico, que permite identificar e agrupar temas e padrões no conteúdo com base no significado e no contexto dos termos.

Na etapa de tratamento de dados, foi aplicada a técnica de inferência, onde o analista, após obter resultados confiáveis, faz inferências e apresenta interpretações relacionadas aos objetivos do estudo ou novas descobertas (Bardin, 2016, p. 101).

Com isso, foi elaborada a categorização das competências específicas por áreas do conhecimentos que orbitam sobre o tema educação financeira, mediante organização das evidências presentes no texto, descritores ligados à unidade de registro e as inferências realizadas, consoante Quadro 1:

Quadro 1 - Competências relacionadas à educação financeira no ensino médio

Área do Conhecimento	Trecho da Competência	Descritores	Inferências
Matemática e suas Tecnologias	“Utilizar estratégias, conceitos, definições e procedimentos matemáticos para interpretar, construir modelos e resolver problemas em diversos contextos, analisando a plausibilidade dos resultados e a adequação das soluções propostas, de modo a construir argumentação consistente” (p. 531).	Juros, funções exponenciais e logarítmicas, modelos financeiros, probabilidade e estatística.	A educação financeira pode ser trabalhada com cálculos de juros simples e compostos, análise de funções e modelos matemáticos aplicados.

Linguagens e suas Tecnologias	“Utilizar diferentes linguagens (artísticas, corporais e verbais) para exercer, com autonomia e colaboração, protagonismo e autoria na vida pessoal e coletiva, de forma crítica, criativa, ética e solidária, defendendo pontos de vista que respeitem o outro e promovam os Direitos Humanos, a consciência socioambiental e o consumo responsável, em âmbito local, regional e global” (p. 490).	Consumo responsável, autonomia financeira, ética econômica.	A inserção de temas como consumo responsável e práticas econômicas sustentáveis incentiva o protagonismo nas decisões financeiras, promovendo uma reflexão crítica sobre a relação entre consumo, economia e sociedade.
Ciências da Natureza e suas Tecnologias	“Analisar fenômenos naturais e processos tecnológicos, com base nas interações e relações entre matéria e energia, para propor ações individuais e coletivas que aperfeiçoem processos produtivos, minimizem impactos socioambientais e melhorem as condições de vida em âmbito local, regional e global” (p. 553).	Tecnologias sustentáveis, impacto financeiro e consumo consciente.	A interseção entre ciência e educação financeira pode ser trabalhada ao analisar os impactos das tecnologias sustentáveis e decisões de consumo, incentivando os estudantes a refletirem sobre práticas financeiras conscientes.
Ciências Humanas e Sociais Aplicadas	“Analisar e avaliar criticamente as relações de diferentes grupos, povos e sociedades com a natureza (produção, distribuição e consumo) e seus impactos econômicos e socioambientais, com vistas à proposição de alternativas que respeitem e promovam a consciência, a ética socioambiental e o consumo responsável em âmbito local, regional, nacional e global” (p. 570).	Economia justa, consumo responsável, distribuição de renda.	A análise crítica das relações de produção e consumo pode promover a educação financeira por meio de discussões sobre economia justa, distribuição de renda e impacto socioambiental das decisões econômicas.

Fonte: Elaborado a partir de BNCC (Brasil, 2018).

Em seguida, perquiriu-se as habilidades sobre a unidade de registro presentes nas competências específicas da BNCC que foram elencadas no quadro acima, criando-se uma nova categorização também por áreas do conhecimento, conforme Quadro 2 a seguir:

Quadro 2 – Habilidades inerentes às competências sobre educação financeira no ensino médio

Área do Conhecimento	Trecho da Habilidade	Descritores	Inferências
Matemática e suas Tecnologias	“(EM13MAT303) Interpretar e comparar situações que envolvam juros simples com as que envolvem juros compostos, por meio de representações gráficas ou análise de planilhas[...]” (p. 536)	Matemática Financeira	Envolve o aprendizado sobre diferentes tipos de juros, habilitando os alunos a tomar decisões financeiras informadas e a aplicar esses conceitos em situações reais.
	“(EM13MAT304) Resolver e elaborar problemas com funções exponenciais [...] em contextos como o da Matemática Financeira” (p. 535).	Crescimento Exponencial	Os alunos podem compreender o comportamento de variáveis financeiras, como o crescimento de investimentos e empréstimos, preparando-os para uma melhor gestão financeira.
	“(EM13MAT305) Resolver e elaborar problemas com funções logarítmicas [...] em contextos como de [...] Matemática Financeira” (p. 535).	Logaritmos e Finanças	O conhecimento sobre logaritmos é essencial para entender processos de amortização e crescimento de dívidas, preparando os alunos para cálculos financeiros complexos.

	“(EM13MAT316) Resolver e elaborar problemas [...] que envolvem cálculos e interpretação das medidas de tendência central [...]” (p. 535).	Estatística Financeira	Ferramentas estatísticas são aplicadas para interpretar dados financeiros e tomar decisões informadas sobre investimentos e finanças pessoais.
Linguagens e suas Tecnologias	“(EM13LGG304) Formular propostas, intervir e tomar decisões que levem em conta o bem comum e os Direitos Humanos, a consciência socioambiental e o consumo responsável em âmbito local, regional e global” (p. 493).	Consumo Responsável	Pode incentivar a tomada de decisões financeiras conscientes, com foco na responsabilidade socioambiental e no consumo ético.
Ciências da Natureza e suas Tecnologias	“(EM13CHS303) Debater e avaliar o papel da indústria cultural e das culturas de massa no estímulo ao consumismo, seus impactos econômicos e socioambientais [...]” (p. 575).	Consumismo e Economia	Discute o papel da indústria no incentivo ao consumismo, estimulando uma reflexão sobre hábitos de consumo e suas consequências financeiras e ambientais.
Ciências Humanas e Sociais Aplicadas	“(EM13CHS301) Problematicar hábitos e práticas individuais e coletivos de produção [...] e o consumo responsável” (p. 575).	Consumo e Sustentabilidade	Pode estimular a análise crítica sobre os impactos financeiros e ambientais do consumo, incentivando ações voltadas para a sustentabilidade e a responsabilidade financeira.

Fonte: Elaborado a partir de BNCC (Brasil, 2018).

Em linhas gerais, a análise de conteúdo revela que, em Matemática, a abordagem da educação financeira é restrita a aspectos técnicos de cálculos; o que pode limitar a sua compreensão integral. Ainda, não há uma discussão explícita sobre o impacto emocional, social e psicológico das decisões financeiras; o que é igualmente importante para a formação de uma cidadania financeira consciente.

A área de Linguagens contém competência específica que busca uma visão mais abrangente e ética do ser humano, porém a educação financeira aparece apenas de forma implícita e diluída no discurso de consumo responsável. Isso pode enfraquecer o entendimento específico dos alunos sobre gestão e tomada de decisões financeiras no contexto pessoal e familiar.

Por sua vez, Ciências da Natureza também apresenta a mesma limitação, pois não aborda diretamente como as decisões de consumo sustentável impactam financeiramente os indivíduos ou as famílias. Embora a discussão sobre impacto socioambiental seja válida, falta uma conexão mais direta com o cotidiano financeiro dos alunos, o que poderia enriquecer a compreensão das consequências econômicas de escolhas mais sustentáveis.

A última área do conhecimento, Ciências Humanas e Sociais Aplicadas poderia contemplar uma abordagem mais prática e voltada para a realidade financeira dos alunos, abordando temas como orçamento familiar, economia solidária e empreendedorismo. Destacamos isso mesmo identificando, no eixo, a competência que trata das relações de produção e consumo,

Enfim, enquanto a educação financeira é tratada de maneira explícita na área de Matemática, nas outras áreas do conhecimento é tida de maneira implícita, o que pode comprometer a efetividade da sua aplicação transversal. Dessa forma, a BNCC apresenta uma lacuna ou obscuridade de conexão da educação financeira com as demais áreas do conhecimento, o que a torna incoerente com seu principal argumento da transversalidade. Devido a essa aparente facultatividade para as outras áreas, está atualmente em trâmite no Congresso Nacional, projeto de lei n. 3145/20 (Brasil, 2020) que visa alterar a LDB para incluir a educação financeira no rol dos temas transversais obrigatórios da educação básica.

E a situação não é diferente para o ensino fundamental. Ao investigar a BNCC, Lima (2021) aponta que a expressão educação financeira aparece de forma unicamente na área de Matemática, o que a torna quase que exclusiva para competências específicas dessa área da educação básica. Por outro lado, ao se buscar rapidamente por outros descritores indiretos como: economia, consumo, recursos, dentre outros, encontram-se resultados nas competências específicas nas demais áreas do conhecimento.

Nesse cenário, levanta-se aqui o seguinte questionamento: como o professor dessas outras áreas envolvidas poderá incluir a temática no currículo de cada componente curricular ministrado? O problema é agravado quando se leva em consideração que esses profissionais muitas vezes não vivenciaram uma formação específica na área de educação financeira.

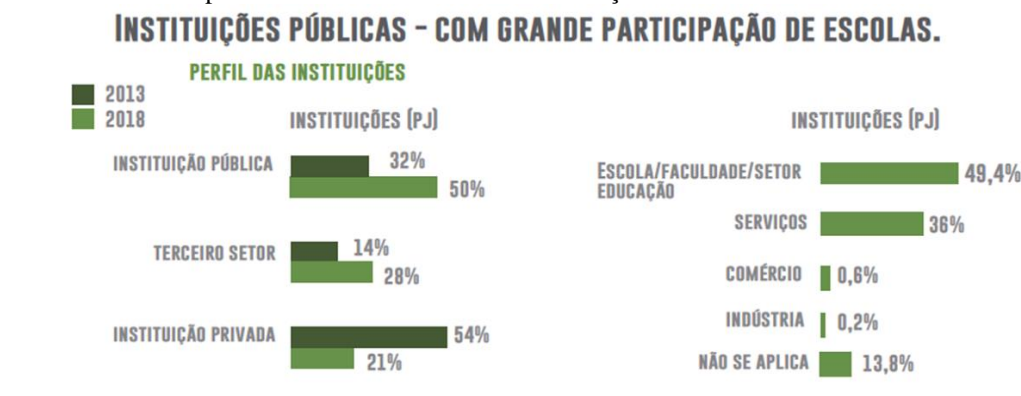
Assim, embora as belas palavras presentes na BNCC, além de não trazerem claramente o que se considera por educação financeira, acaba por limitar a fatores ligados à Matemática, como porcentagens e juros, fazendo com que se crie visões reducionistas sobre o assunto.

Para além dos números da Matemática, é possível que as outras áreas do conhecimento abordem igualmente a alfabetização financeira, por exemplo, Linguagens pode trabalhar a interpretação de boletos, faturas e contratos por intermédio de gêneros textuais. Ademais, “no trato cotidiano com a realidade financeira, surgem termos estrangeiros que, a princípio, parecem intraduzíveis: ‘hedge, spread, factoring, swap, leasing, royalties’, na maioria em inglês” (Perissé, 2014, p. 103), cujos significados ajudam na compreensão das operações financeiras por meio da língua inglesa. Ciências da Natureza pode abordar os impactos ambientais do consumo para a saúde humana, por exemplo, “a química pode nos mostrar como o uso de determinada droga (tabaco, maconha, álcool) [...] atua sobre o organismo do indivíduo e o torna escravo de um produto destruidor, a ponto de representar uma despesa constante, crescente e devastadora” (Perissé, 2014, p. 59); por fim, as Ciências Humanas podem propiciar debates sobre comércio e capitalismo, tal como “a fome, a violência, o

desemprego e as desigualdades sociais [...] se relacionam com a maneira pela qual os povos e os indivíduos lutam pela sobrevivência e lidam com os recursos e dinheiro disponíveis” (Perissé, 2014, p. 18).

Por outro lado, por mais que a educação financeira não esteja elencada expressamente nessas outras áreas do conhecimento na BNCC, nada impede que seja trabalhada de forma interdisciplinar, superando o olhar da fragmentariedade da pedagogia tradicional. De toda sorte, faz necessário reconhecer que a implantação da BNCC pode ter contribuído com a nova realidade na movimentação de ações educativas de alfabetização financeira nas escolas públicas brasileiras, como se vê no Gráfico 1:

Gráfico 1 – Mapeamento das iniciativas de alfabetização financeira nas escolas brasileiras



Fonte: Relatório Anual 2018 (AEF-Brasil, 2018)

Antes, a maioria das ações educativas eram vistas nas escolas privadas (mais da metade, representado por 54% em 2013), cenário que se modificou após a publicação da BNCC em 2018 que fez impulsionar a observância também da educação financeira nas escolas públicas (passou de 32% em 2013 para 50% em 2018), em decorrência de seu perfil normativo cogente.

De toda forma, há de se convir que instituições financeiras, governos e organizações não-governamentais difundem uma alfabetização financeira que deixa incólume de críticas o sistema capitalista, pelo que já foi visto até aqui. Essas entidades aparentemente não se preocupam em abordar sequer as causas macroestruturais que causam a insegurança financeira social (salários estagnados, desigualdades econômicas e desemprego estrutural, por exemplo), pois iludem que os problemas financeiros dos indivíduos serão simplesmente solucionados por si mesmos, desde que invistam melhor, economizem e trabalhem mais. “Neste mundo novo, pede-se aos homens que busquem soluções privadas para problemas de origem social, e não soluções geradas socialmente para problemas privados” (Bauman, 2010,

p. 50). E assim se constrói toda ideologia dominante da elite bancária por meio da estratégia pública nacional voltada para as escolas.

É importante que o debate sobre educação financeira nas escolas inclua não apenas instituições financeiras e governos, mas também outras vozes, como as dos educadores e dos pesquisadores, que possam contribuir para uma visão mais ampla e crítica sobre o tema. Dessa forma, será possível construir uma alfabetização financeira que prepare os alunos não apenas para serem consumidores conscientes, mas também para serem cidadãos capazes de questionar e transformar as estruturas econômicas que moldam suas vidas.

5 Considerações finais

No decorrer desta pesquisa, viu-se que problemas socioeconômicos, como o superendividamento, são tidos pelas grandes instituições do capital como de responsabilidade exclusiva dos indivíduos, que não conseguem administrar bem suas finanças. Culpa-se a baixa alfabetização financeira nas escolas e omite-se a responsabilidade metabólica do capital em provocar crises econômicas e problemas individuais.

Na corrida pela implantação da educação financeira nas escolas, observou-se a implantação de uma alfabetização predominantemente limitada a cálculos matemáticos pela BNCC (Brasil, 2018). Ignora-se, também, a compreensão holística do papel do dinheiro na sociedade e o impacto individual das escolhas financeiras na coletividade e no meio ambiente. É necessária, ainda, a implantação de uma alfabetização financeira crítica e emancipatória contra a alfabetização técnica e alienada de iniciativa dos representantes do capital, que se fazem presentes nas atuais políticas públicas e educacionais do Estado.

Ademais, na relação entre o neoliberalismo e a educação, Paulo Freire destacou as tensões ideológicas e filosóficas que permeiam a discussão sobre como abordar a educação financeira nas escolas. Enquanto o neoliberalismo ressalta a autonomia individual, as perspectivas marxistas e freiriana instigam uma análise mais profunda das estruturas socioeconômicas que modelam a demanda de alfabetização financeira e as transformações sociais.

Com base nesses pensadores críticos, percebeu-se que a educação financeira não se resume a uma simples ferramenta para adaptação ao sistema existente, mas também uma oportunidade para cultivar uma consciência crítica sobre as desigualdades econômicas e explorar possibilidades de transformação social. Por serem críticos à abordagem neoliberal da educação financeira, esses dois pensadores supracitados pregavam a necessidade de uma

educação que não apenas habilitasse pessoas na gestão financeira, mas também as possibilitassem entender e questionar as estruturas sociais.

Destacamos que uma problemática foi apresentada na introdução desta pesquisa e com ela algumas hipóteses levantadas para o fenômeno estudado. A indagação levantada foi: como a alfabetização financeira pode ser abordada nas escolas para contribuir com a redução do problema do superendividamento social? Após as reflexões, chegou-se à conclusão de que por atuar no alicerce da formação da consciência do cidadão, o professor precisa promover uma alfabetização financeira abrangente que agregue elementos da pedagogia crítica de Freire, ou seja, que enfatize a educação como uma ferramenta de conscientização e empoderamento. Ademais, a análise crítica marxista das estruturas socioeconômicas também serve de fundamento, pois enfatiza a necessidade de abordar as causas subjacentes do endividamento excessivo a partir das ideologias egoístas e mercenárias dos grandes agentes do capital. Sendo assim, é imprescindível também que a participação das escolas seja complementada por políticas públicas e sociais mais amplas para que haja uma efetiva redução do superendividamento.

Por conseguinte, defende-se aqui uma alfabetização financeira ampla que forme cidadãos autônomos e críticos na tomada de decisões na vida financeira e, assim possam contribuir para a construção de uma sociedade mais equitativa, estável e ambientalmente consciente. Ou seja, uma educação que gere oportunidades para que os educandos mudem sua visão acerca da realidade e até tragam soluções para as externalidades negativas do mundo.

Referências

AEF-BRASIL. **Relatório Anual de 2018**. São Paulo, 2018. Disponível em: <<https://www.vidaedinheiro.gov.br/wp-content/uploads/2019/09/relatorio-anual-aefbrasil-2018.pdf>>. Acesso em: 18 nov. 2023.

ARTHUR, Christopher. **Financial Literacy: Neoliberalism, the Consumer and the Citizen**. 2011. Thesis (Master of Arts). Department of Theory and Policy Studies Ontario, University of Toronto, Canadá, 2011. DOI: <https://doi.org/10.1007/978-94-6091-918-3>

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.

BAUMAN, Zygmunt. **Capitalismo Parasitário**. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.

BRASIL. **Decreto n. 10.393/20**. Institui a nova Estratégia Nacional de Educação Financeira - ENEF e o Fórum Brasileiro de Educação Financeira - FBEF. Diário Oficial da União, Brasília, 10 jun. 2020.

BRASIL. **Lei n. 9.394/96**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, 23 dez. 1996.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2018.

BRASIL. **Programa Educação Financeira na Escola**. Brasília: MEC/CVM, 2022.
Disponível em: <<https://www.gov.br/investidor/pt-br/educacional/criancas-e-jovens/programa-educacao-financeira-nas-escolas>>. Acesso em: 14 nov. 2023.

BRASIL. **Projeto de lei 3.145 de 2020**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir educação financeira no rol dos temas transversais obrigatórios da educação básica. Brasília: Câmara dos Deputados, 2020.

BUSTAMANTE, Julia. Endividamento dos trabalhadores como relação de classe: uma discussão teórica à luz da teoria marxista de dependência. In: XXV Encontro Nacional de Economia Política, Salvador, 2020. **Anais do XXV Encontro Nacional de Economia Política**. Salvador: Sociedade Brasileira de Economia Política, 2020.

FREIRE, Paulo. **Educação e mudança**. Trad. Lilian Lopes Martin. 34. ed. São Paulo Paz e Terra, 2011.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 42. ed. Paz e Terra, 2011.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 65ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2018.

FRIGOTTO, Gaudencio. **Educação e a crise do capitalismo real**. São Paulo: Cortez, 2003.

GRAMSCI, Antonio. **Concepção dialética da história**. 7. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

HOFFMAN, Ruth Margareth. **Educação financeira no currículo escolar**: uma análise comparativa das iniciativas da Inglaterra e da França. 2013. Tese (Doutorado em Educação) - UFPR, Curitiba/PR, 2013.

LIMA, Adriana de Souza. Educação Financeira no Antropoceno. **Em Teia**. Revista de Educação Matemática e Tecnologia Iberoamericana, Recife/PE, vol. 12, n. 2, 2021. DOI: <https://doi.org/10.51359/2177-9309.2021.250483>

MANACORDA, Mario Alighiero. **Marx e a Pedagogia Moderna**. 2. ed. Campinas: Alínea, 2010.

MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política. Trad. Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.

MÉSZÁROS, István. **Educação para além do capital**. 2. ed. Trad. Isa Tavares. São Paulo: Boitempo, 2008.

MÉSZÁROS, István. **Para Além do Capital**: Rumo a uma teoria da transição. Trad. Paulo C. Castanheira. São Paulo: Boitempo, 2011.

ORGANIZAÇÃO PARA COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO (OCDE). **Recommendation on Principles and Good Practices for Financial Education and Awareness**. Paris: OCDE, 2005.

PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. **A Crise do Estado**: Ensaios sobre a Economia Brasileira. São Paulo: Nobel, 1992.

PERISSÉ, Gabriel. **Formação integral**: educação financeira como tema transversal. São. Paulo: DSOP, 2014.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do trabalho científico**: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

RAMOS, Marise Nogueira. **História e política da Educação Profissional**. Curitiba: Instituto Federal do Paraná, 2014.

VIANA, Nildo. Debord: espetáculo, fetichismo e abstratificação. **Revista Panorama-Revista de Comunicação Social**, v. 1, nº 1, agosto, 2011. DOI: <https://doi.org/10.18224/pan.v1i1.1601>

WESTIN, Ricardo. Despreparo financeiro da população é preocupante. **Agência Senado**. Brasília, 17 set. 2019. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/especiais/especial-cidadania/despreparo-financeiro-da-populacao-e-preocupante>>. Acesso em: 03 dez. 2023.

Artigo recebido em: 12/09/24 Artigo aprovado em: 23/04/25 Artigo publicado em: 25/04/25